

Trajetórias e discursos de experts em economia: os dirigentes do BNDES

Avanço de pesquisa de doutorado em curso
GT 27: Sociologia Econômica
Elisa Klüger – Universidade de São Paulo (USP)

Resumo:

Com o objetivo de oferecer esclarecimentos acerca das condições sociais de produção das tomadas de posição de especialistas em economia no governo, será analisada a relação entre os perfis e as trajetórias de diretores que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e os discursos por eles sustentados nos relatórios administrativos da instituição. A partir do exame dos dados sobre as trajetórias, recolhidos em entrevistas com os diretores, é possível delinear sua distribuição espaço social e avaliar se as polarizações que nele se apresentam coincidem com as oposições de seus discursos no governo, o que oferecerá evidências convergentes com a hipótese de que existiriam correspondências entre as posições sociais e as tomadas de posição dos indivíduos.

Palavras-chave: BNDES, Elites, Economistas.

1. Introdução

Nas sociedades modernas, a dominação racional baseada no conhecimento técnico-especializado teria se imposto sobre as formas tradicionais e carismáticas de dominação. Esta apresenta-se e legitima-se como racional e natural pois permite a uma sociedade movida pela busca da eficiência alcançar “o máximo de rendimento em virtude da precisão, continuidade, disciplina, rigor e confiabilidade” (WEBER, 2004a, pp. 143-147; 2004b p. 212). Em contextos nos quais o princípio de dominação vigente é racional, os recursos centrados nas competências ditas técnicas ganham proeminência e as frações compostas pelos experts assumem posições vantajosas nas estruturas de poder (SAINT-MARTIN, 2008, p. 43).

A dominação exercida pelos especialistas em economia justifica-se publicamente por sua competência técnica para a gestão da economia, percebida progressivamente como necessária para a condução racional e eficiente da vida material – eles passam a encarregar-se do controle das contas nacionais, da determinação dos fluxos de renda públicos e privados, do diagnóstico das tendências econômicas, a elaboração, da análise de planos de investimento e desenvolvimento, dentre outros (LOUREIRO, 1997, p. 71). Essa valorização da capacidade fazer diagnósticos e agir sobre a economia permite aos especialistas em economia converter suas competências especializadas em legitimidade para ocupar posições tanto postos burocráticos quanto, em alguns casos, posições políticas de grande influência e prestígio (LEBARON, 2000, p. 99).

As tomadas de posição dos especialistas nas grandes burocracias não podem ser dissociadas do conjunto das posições ocupadas por eles no espaço social, dos princípios de visão e de divisão – do *habitus* – que constituíram em suas trajetórias pelo espaço social (BOURDIEU, 1989, p. 216, 2008, p. 96; LEBARON, 2000, p. 71, 90, 243; 2003, p. 130). Para avaliar em que medida haveria uma homologia entre suas posições e tomadas de posição, seria preciso conhecer suas origens familiares, trajetórias escolares, trajetórias profissionais, estilos de vida e verificar de como estariam relacionadas as diversas filiações e escolhas de um mesmo agente e como, no conjunto dos agentes, estes posicionamentos fundamentariam coesões e conflitos.

Com o objetivo de buscar os princípios de coesão e fracionamento de uma elite especialista e de avaliar em que medida as posições dessa elite seriam homologas às tomadas de posição de seus membros, a pesquisa que dá origem a este texto, toma por objeto uma instituição do campo do poder no Brasil, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, que viveu uma inflexão de orientação nas duas últimas décadas, e procura verificar em que medida as mudanças nos discursos e orientações dos dirigentes do Banco poderiam ser correlacionadas às origens e trajetórias de seus diretores. Para tanto, foram feitas entrevistas com 35 dos 43 diretores¹ que a instituição teve entre 1994 e 2011 e recolhidos dados sobre as origens sociais, as práticas culturais e estilos de vida, as trajetórias acadêmicas, profissionais e políticas e sobre os posicionamentos no que concerne à condução do BNDES e foi empregada a técnica de análise de correspondências múltiplas para verificar como se expressavam no espaço social as origens, filiações, trunfos e preferências dos agentes.

Neste texto, para fazer um breve exercício de apresentação de elementos da morfologia e de princípios de coesão e fracionamento do grupo, serão usados apenas os dados sobre trajetórias acadêmicas e profissionais dos dirigentes e as mensagens que legaram nos relatórios de atividades do Banco com a intenção de estabelecer correlações entre as informações referentes ao perfil dos dirigentes da instituição e os discursos por eles sustentados no momento em que foram encarregados de conduzi-la.

2. A inflexão da orientação política econômica do BNDES

O período 1994-2011 têm início quando Fernando Henrique Cardoso (FHC), a partir de seu posto de Ministro da Fazenda, pôde definir qual seria a composição da direção do BNDES. Neste momento é possível demarcar o início da implementação do projeto de Banco que prevaleceria durante os anos nos quais FHC esteve à frente da República. Foi incluído no recorte, igualmente, após os 8 anos do governo Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) o início do governo Dilma Roussef, posto que houve uma continuidade na gestão da instituição que manteve o mesmo presidente, praticamente a mesma equipe de diretores, bem como a mesma linha de atuação político-econômica. A razão pela qual este período foi selecionado foi a percepção de que havia uma inflexão fundamental na gestão e nas prioridades do Banco na transição entre os governos do Partido da Social Democracia Brasileira (1995-2002) de FHC e os governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2012) de Lula e Dilma. O fato de haver uma transição nas políticas no momento da alternância partidária, poderia permitir que se averiguasse se existiriam diferenças substantivas na origem e nas trajetórias dos especialistas escolhidos para dirigir a instituição em cada um dos períodos e se estas poderiam ser associadas às mudanças nos discursos do Banco.

Em linhas gerais, a transição que corresponde à passagem (i) de uma política marcada pela redução da ação estatal na economia, adensamento do setor privado e abertura dos mercados à competição internacional – na qual o Banco coordenava o processo de privatização, priorizava o fortalecimento do mercado de crédito privado e preconizava o direcionamento dos empréstimos Banco para o setor privado – (ii) a uma política que se apresenta como uma retomada/reconfiguração da orientação desenvolvimentista, caracterizada pela adesão ao planejamento econômico e pelo empenho no fortalecimento dos pontos débeis da cadeia econômica com forte engajamento do Estado. Projeto que ganha força a partir da crise de 2008, momento em que o Banco teve seus recursos e empréstimos ampliados como o objetivo de conduzir políticas anticíclicas para estimular a economia brasileira e combater os efeitos desagregadores da crise.

Semelhante polaridade, no entanto, não é nítida e tampouco linear. Dentro de cada um dos governos existiu mais de uma diretriz para o Banco, tendo os discursos oscilado de maneira não

¹ O Banco teve 48 diretores no período estudado, dos quais 43 estão vivos.

² Os relatórios de administração contém informações tanto sobre as práticas do Banco, os valores investidos em cada setor, os programas e linhas de financiamento criados, as empresas privatizadas, as políticas sociais, etc. quanto sobre os discursos

desprezível. A partir dos relatórios de administração do Banco é possível detectar o deslocamento das prioridades, dos discursos e dos investimentos tanto entre os períodos quanto em uma mesma gestão do Governo Federal². A comparação da secção Introdução/Mensagem do Presidente, que abre cada um dos relatórios, oferece elementos para tecer, a partir dos discursos prevaletentes em cada gestão, considerações iniciais sobre as permanência e inflexões existentes no período.

2.1 As mensagens dos diretores nos relatórios de administração do BNDES

No relatório de 1994, o então Presidente do BNDES, Pêrsio Arida, afirma que o Banco deveria utilizar os critérios de eficiência do setor privado e aperfeiçoar os seus métodos de gestão, como forma de adaptar-se aos novos tempos. Ele enfatiza a atuação do BNDES junto ao mercado privado, para o qual teria destinado 96% dos empréstimos naquele ano, iniciativa que convergiria com o esforço de privatização coordenado pelo Banco e apresenta os resultados financeiros positivos de sua gestão. De acordo com ele as novas orientações não seriam incompatíveis com a retomada dos investimentos em infraestrutura (ARIDA in: BNDES, 1994)³. Semelhante ênfase nas práticas de gestão de mercado, no setor privado e nos elementos financeiros da atuação do BNDES não se mantém nos relatórios assinados por Luiz Carlos Mendonça de Barros. Embora o destaque dado no relatório anterior ao Plano Nacional de Desestatização permaneça, são priorizados os temas da modernização e internacionalização da economia, que exigiriam reestruturação da indústria e do comércio exterior – com o financiamento às exportações: BNDES-Exim. Para tanto seria necessário superar as deficiências em infraestrutura que afirma ser o principal gargalo da economia nacional. Tarefa que, no entanto, não seria como no passado, uma responsabilidade unicamente estatal⁴. Nos relatórios de Mendonça de Barros é enfatizada também a atuação do BNDES no financiamento das micro, pequenas e médias empresas e no setor social: geração de emprego, desenvolvimento regional, reforma agrária, crédito popular, turismo, preservação do patrimônio histórico, etc. Os anos nos quais Mendonça de Barros esteve à frente do Banco foram marcados, finalmente, por um crescimento dos desembolsos do Banco (BARROS in: BNDES, 1995, 1996, 1997).

De acordo com ele a mudança presente em sua gestão, o aumento dos desembolsos e dos investimentos em infraestrutura, “confirma a trajetória cíclica do processo de desenvolvimento de longo prazo da economia brasileira” (BARROS in BNDES: 1997, p. 6). A diferença de ênfase dos diretores corresponderia à diferenças presentes no governo FHC. Arida estaria mais próximo da vertente mais neoliberal do governo, de Gustavo Franco e Armínio Fraga, enquanto Mendonça de Barros, pertenceria à ala liberal-desenvolvimentista de José Serra e Bresser-Pereira⁵. Ainda que

² Os relatórios de administração contém informações tanto sobre as práticas do Banco, os valores investidos em cada setor, os programas e linhas de financiamento criados, as empresas privatizadas, as políticas sociais, etc. quanto sobre os discursos vigentes em cada momento. A verificação do impacto das mudanças nos discursos sobre as inflexões práticas é essencial, mas não será objeto de estudo deste pequeno texto.

³ No ano de 1995 o BNDES foi presidido por Edmar Bacha na maior parte do tempo, cuja orientação não diferia muito da de Pêrsio Arida, até porque ambos estavam envolvidos na mesma equipe de estabilização monetária. O relatório de 1995, entretanto, já trás como marca a orientação que seria prevaletente nos anos seguintes uma vez que é assinado por Luiz Carlos Mendonça de Barros que acabara de assumir o Banco.

⁴ O fato de considerar a infraestrutura o principal gargalo do desenvolvimento remete à orientação tradicional do BNDES, que desde o início, preocupou-se em atacar as deficiências de infraestrutura, entendidas como pontos de estrangulamento ao crescimento, sobretudo transportes e energia. A diferença reside no fato de que nos anos cinquenta, mesmo os diretores mais entusiastas do mercado privado, reconheciam a necessidade de que a ação e o planejamento do Estado estivessem presentes nestes segmentos, cujo montante requerido de investimentos dificultava a entrada no setor privado. Ver Memórias do Desenvolvimento v.3, 2010.

⁵ Sobre as diferenças dos dois grupos de economistas do governo PSDB ver SALLUM, 1999. Cabe notar que a posição de Barros em 1997, declarando haver uma inflexão no Banco com volta aos rumos tradicionais da instituição e alto investimento já expressa o grau de tensão presente na equipe econômica no momento que estava mais acentuado o embate

coexistisse com as privatizações, o aumento dos desembolsos nas áreas social e de infraestrutura retomava algo da lógica desenvolvimentista e contrariava a forte intenção de redução do Estado que caracteriza a política neoliberal.

Esses dois grupos provinham de escolas de economia distintas com ênfases divergentes. Os primeiros, ligados à Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro tomavam como seu tema de predileção a inflação. Ainda que sua política de combate à inflação estivesse muito longe de ser ortodoxa, ela foi acompanhada por uma série de medidas recessivas, cortes de gastos e privatizações, que tinham a intenção de ajustar as contas e manter a estabilidade. O segundo grupo, paulista, tinha ligações com a Unicamp e com a EAESP-FGV⁶, escolas mais heterodoxas, ligadas à tradição desenvolvimentista. Eles criticavam o fato de que o combate à inflação não houvesse sido acompanhado por um programa de investimentos, problema que Barros procura contornar quando assume o BNDES.

Quando Mendonça de Barros deixa a presidência, a ênfase no setor privado retorna parcialmente com a gestão de André Lara Resende, que preside o Banco durante quase todo o ano de 1998. Lara Resende também era professor da PUC-Rio e havia trabalhado por muitos anos no setor bancário privado. O relatório do ano de 1998, ainda que não assinado por ele, e sim por José Pio Borges – o único funcionário de carreira que se tornou presidente da instituição no período analisado –, trás marcas desta nova inflexão. Mesmo que o aumento dos desembolsos e a atuação social tenham perdurado, volta a ter destaque no relatório o fato de o BNDES ter transferido as atividades de infraestrutura para o setor privado, concedendo 90% de seus financiamentos ao setor privado contra 77% no ano anterior (BORGES in: BNDES, 1998). Em 1999, com Andrea Calabi, outro paulista⁷ mais próximo do grupo liberal-desenvolvimentista, o discurso assume outra vez um tom de conciliação entre crescimento e liberalização. Os termos competitividade, planejamento, emprego, renda, desenvolvimento regional, exportação voltam aparecer ao lado da privatização (DIRETORIA in: BNDES, 1999).

Finalmente, nos anos 2000 a 2002, as gestões Francisco Gros e Eleazar de Carvalho Filho tentam contemplar: a privatização, os desembolsos crescentes, as políticas sociais, o incentivo à exportação e competitividade que vieram das gestões anteriores, o combate à crise energética que eclodira, uma reorganização interna do Banco que procuraria criar uma nova estrutura de gestão que ajustasse os padrões de eficiência de mercado e a entrada do BNDES nos mercados de capitais de risco (GROS in BNDES, 2000, 2001; DIRETORIA in: BNDES, 2002). Conduzida por economistas cujas trajetórias foram predominantemente ligadas ao mercado bancário privado, a reforma administrativa leva o Banco a incorporar algumas das práticas de funcionamento das instituições privadas – inclusive a disposição espacial das salas é alterada para aproximar-se do desenho de uma mesa de operações.

Em 2003, com a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva ao Governo Federal, Carlos Lessa, professor da UFRJ, da Unicamp, autodeclarado cepalino, passa a presidir o BNDES. De acordo com ele, no ano de 2003, o BNDES teria reencontrado suas origens e voltado a ser um Banco destinado a ancorar o desenvolvimento brasileiro. Ele argumenta que na década de 1990 “ocorreu uma profunda

entre aqueles que achavam que era preciso desvalorizar a moeda e aqueles que defendiam a manutenção do câmbio valorizado.

⁶ A FGV do Rio de Janeiro deve ser situada no grupo das escolas mais ortodoxas de economia. A filial de São Paulo, em contrapartida, sempre teve uma afinidade maior com o desenvolvimentismo, razão pela qual, inclusive, existiram conflitos entre as duas unidades. (D'ARAÚJO, 1999 pp. 137-177).

⁷ Os entrevistados algumas vezes esboçam explicações para a oposição de orientação econômica existente na equipe de governo como resultado de uma oposição regional. “Você teve um grupo, polarizou entre um grupo de São Paulo e um grupo do Rio. E de novo estava ali bem claro, você tinha uma leitura mais ortodoxa na PUC do Rio e uma leitura mais keynesiana em São Paulo. São Paulo era mais desenvolvimentista. Esse pessoal da PUC do Rio nunca tinha entrado em uma fábrica, é, é, a gente brincava, está acostumado a jogar xadrez em Ipanema” (Entrevista com ex-diretor do BNDES, *material não publicado*).

inflexão na dinâmica do Banco, que, em face de orientação superior da política econômica, se desviou de suas atividades tradicionais de suporte ao setor produtivo novo para se tornar, prioritariamente, um gestor da transferência de ativos produtivos públicos para o setor privado, no âmbito do Programa Nacional de Desestatização”. Ele enfatiza o desenvolvimento com inclusão social, que priorize projetos orientados para a geração de empregos, e defende que o banco voltasse a ser um braço operacional de políticas industriais (LESSA in: BNDES, 2003).

A crítica incisiva às privatizações será o marco inicial da nova gestão. Ela é acompanhada por uma reestruturação nos quadros da instituição, que procurava afastar aqueles que estavam mais diretamente ligados às privatizações, e por um treinamento dos quadros remanescentes e novos para pensar em termos estruturais o desenvolvimento econômico. Na sequência, Guido Mantega, que havia sido professor da EAESP-FGV e era um dos economistas mais intrinsecamente vinculados ao PT, fecha o relatório do ano de 2004 dizendo que: “Essa nova etapa histórica já não terá o Estado como exclusivo motor do desenvolvimento, característica dos ciclos anteriores, mas o Estado também não abdicará de sua responsabilidade de planejamento e indução”. Ele reforça a ideia de que teria sido abandonada “a fugaz experiência de banco de investimento para retomar, com uma visão atualizada do Brasil e do mundo, o destino histórico de ser o banco de desenvolvimento de todos os brasileiros” (MANTEGA in: BNDES, 2004, pp. 11-12).

No relatório seguinte, 2005, o enfrentamento deixa de ser o tom predominante do discurso que passa então a explicitação direta da orientação para a infraestrutura, inovação, competitividade, melhor distribuição dos investimentos com desconcentração econômica (MANTEGA in: BNDES, 2005). Em 2006, o relatório de Demian Fiocca, concilia a orientação desenvolvimentista, os investimentos para inovação, infraestrutura e exportações com o enfoque no setor privado, a atuação do BNDES no mercado de capitais e uma nova política de gestão, recursos humanos, com promoção por desempenho, enfoque na formação de executivos e líderes (FIOCCA in: BNDES, 2006). Ainda que Mantega houvesse dito anteriormente que o empenho desenvolvimentista não seria apenas do setor público, essa é a primeira vez que há no BNDES do governo Lula um discurso que dê destaque ao setor privado, assinado novamente por um economista cuja trajetória prévia conciliava atuação no setor público, na academia e no mercado privado.

Finalmente, em 2007, tem início a longa gestão de Luciano Coutinho. Em seus relatórios, Coutinho destaca a participação do BNDES no esforço comum de desenvolvimento conduzido pelo Governo Federal, com sua participação em iniciativas como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e no desenho da Política de Desenvolvimento Produtivo. O BNDES tem importante atuação anticíclica no período pós-crise de 2008, expandindo a oferta de crédito, de capital de giro, procurando garantir o nível de investimento e com isso de geração de emprego e renda (COUTINHO in: BNDES, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011). Coutinho sintetiza o desafio de sua gestão dizendo que:

Como banco público voltado para o longo prazo, o BNDES tem a missão de apoiar continuamente investimentos prioritários para economia brasileira. Alguns temas estão presentes há várias décadas, como ampliar o investimento e financiar projetos de infraestrutura. Há novos objetivos que se incorporaram à agenda prioritária do Banco nos últimos anos, como o de fomentar a inovação, o de promover a sustentabilidade socioambiental, o de apoiar a modernização da gestão pública e o de incentivar o desenvolvimento local, a inclusão produtiva e a ampliação do acesso ao crédito (COUTINHO in: BNDES, 2011, p. 11).

A orientação para a infraestrutura e a nova agenda ambiental, tecnológica e social não são, na gestão Coutinho, incompatíveis com a proximidade do setor privado e fortalecimento da confiança do mercado no investimento, com a reestruturação das práticas de gestão – processo iniciado na gestão anterior – ou mesmo com a atuação no mercado de capitais. Essa gestão, portanto, adota novamente um discurso conciliatório, nem priorizando o setor privado, nem acusando o Banco de ter sido desviado de sua missão pública. A própria trajetória de Coutinho é marcada pela conciliação, uma longa atuação no governo combinada com as atividades de professor na Unicamp e de consultor.

Em síntese, é possível ver que os discursos variaram tanto entre os governos quanto no interior dos governos. Se há alguma ruptura preponderante nos relatórios é o desaparecimento do papel atribuído ao BNDES na privatização e na orientação progressiva de seus investimentos para o mercado privado que passa, no governo seguinte, a uma ênfase na atuação do BNDES em um esforço de desenvolvimento liderado pelo Estado, que conjuga investimentos públicos e privados, sem que haja uma discriminação em favor de um ou outro. É possível indagar se às oposições detectadas nos dois governos corresponderiam oposições no perfil e das trajetórias dos dirigentes que estavam à frente da instituição em cada um dos períodos.

3. As trajetórias e filiações dos dirigentes da instituição

No período estudado, o corpo de diretores do Banco era composto por sete ou oito pessoas encarregadas de diferentes áreas de atuação. Os dirigentes são todos formalmente indicados pelo Presidente da República. A prática usual, no entanto, é que o Presidente da República defina o Presidente do BNDES e que o novo presidente tenha liberdade para compor sua equipe de diretores. A diretoria, habitualmente, mescla profissionais provenientes do quadro regular de funcionários do Banco e especialistas de fora da instituição, convidados especialmente para ocupar o cargo de direção.

Quando analisados os dados referentes às origens sociais e estilo de vida podem ser encontrados indícios de uma forte coesão social dos dirigentes: majoritariamente homens (91%), católicos (86%), cujos pais completaram o ensino superior (63%). Os diretores nasceram, em sua maioria, no Sudeste do país (91%), quase todos nas capitais dos respectivos estados (83%), mais da metade deles viveu em uma casa própria no início da infância (63%) e em bairros centrais e privilegiados (71%) e praticamente dois terços dos diretores estudaram três ou mais idiomas estrangeiros (65%). Estas características, dentre outras, indicam tratar-se de um grupo social coeso e, em linhas gerais favorecido. Essas características variam pouco de acordo com o partido para o qual trabalharam, o principal elemento de cisão social do grupo é a oposição entre os funcionários de carreira do BNDES e os profissionais convidados para a direção do Banco.

Se analisados os dados sobre as trajetórias acadêmicas e profissionais, entretanto, as disparidades correlacionáveis ao recrutamento por um ou outro partido político são maiores. Também existem, no que concerne à formação, características que são largamente partilhadas pelo grupo, a maioria das quais relacionada à prevalência de um modo de dominação fundado no conhecimento especializado. É o caráter racional das decisões tomadas com base no conhecimento técnico-especializado que opera como elemento legitimador da dominação exercida pelos *experts*. Assim sendo, mesmo que a origem social dos entrevistados pudesse ser constituir um perfil desejável para fazer parte da elite do Estado, esse tipo de atributo social não seria suficiente para os fazer alcançar as posições reservadas aos *experts*, nas quais a triagem elementar dá-se pela alta dotação de credenciais especializadas.

No caso estudado, a maior parte dos diretores tem uma formação acadêmica bastante longa. Todos têm diplomas de nível superior. Dos 35 entrevistados, 13 possuíam doutorados, 11 mestrado, 7 MBA's e somente 4 encerraram seus estudos ao final da graduação. Dos 13 doutorados, 11 foram feitos em Economia, 1 em Ciência Política e 1 em Engenharia. Sete foram concluídos fora do país (MIT, NYU, Berkeley, Yale e Sussex), 6 dos quais nos Estados Unidos e um na Inglaterra. 5 foram cursados inteiramente no Brasil, 3 na Unicamp e 2 na UFRJ, e um foi feito metade no IUPERJ e metade em Berkeley. Ainda que o nível de estudos em geral seja elevado, ele é um dos elementos que aparece como decisivo no fracionamento do grupo estudado.

Outro traço que deve ser destacado é a extensa circulação institucional⁸ dos dirigentes. O grupo

⁸ Nos anos sessenta Wright Mills já indicava ser uma tendência das mais altas elites a circulação entre postos de comando em diferentes instituições e hierarquias, políticas, militares e empresariais. A circulação das elites, de um lado, é viabilizada

estudado percorre uma complexa trama institucional, com deslocamentos tanto entre posições no próprio governo quanto entre posições no governo, no mercado e na academia, ilustrada na imagem abaixo.

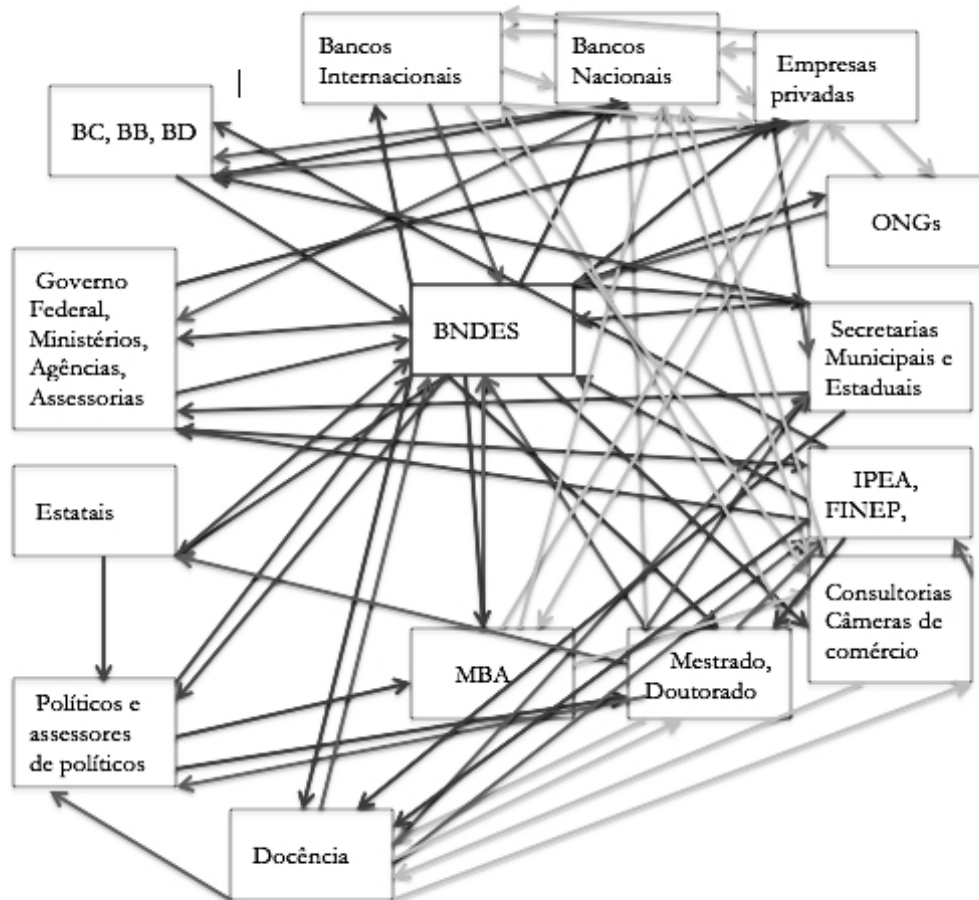


Imagem I: Trama das circulações institucionais dos diretores entrevistados

Fonte: Elaboração própria

A média de tempo que os dirigentes dedicaram a atividades no Estado, mercado e academia, até ingressar na diretoria do BNDDES permite ver que o BNDDES congrega dirigentes que fizeram percursos heterogêneos, não prevalecendo de maneira notável nenhuma das filiações, sendo que a maior parte das carreiras mescla passagens pelos três setores antes da chegada à diretoria. O fato de prevalecer um ou outro engajamento, entretanto, não é indiferente, estando cada um dos perfis relacionado à características distintas.

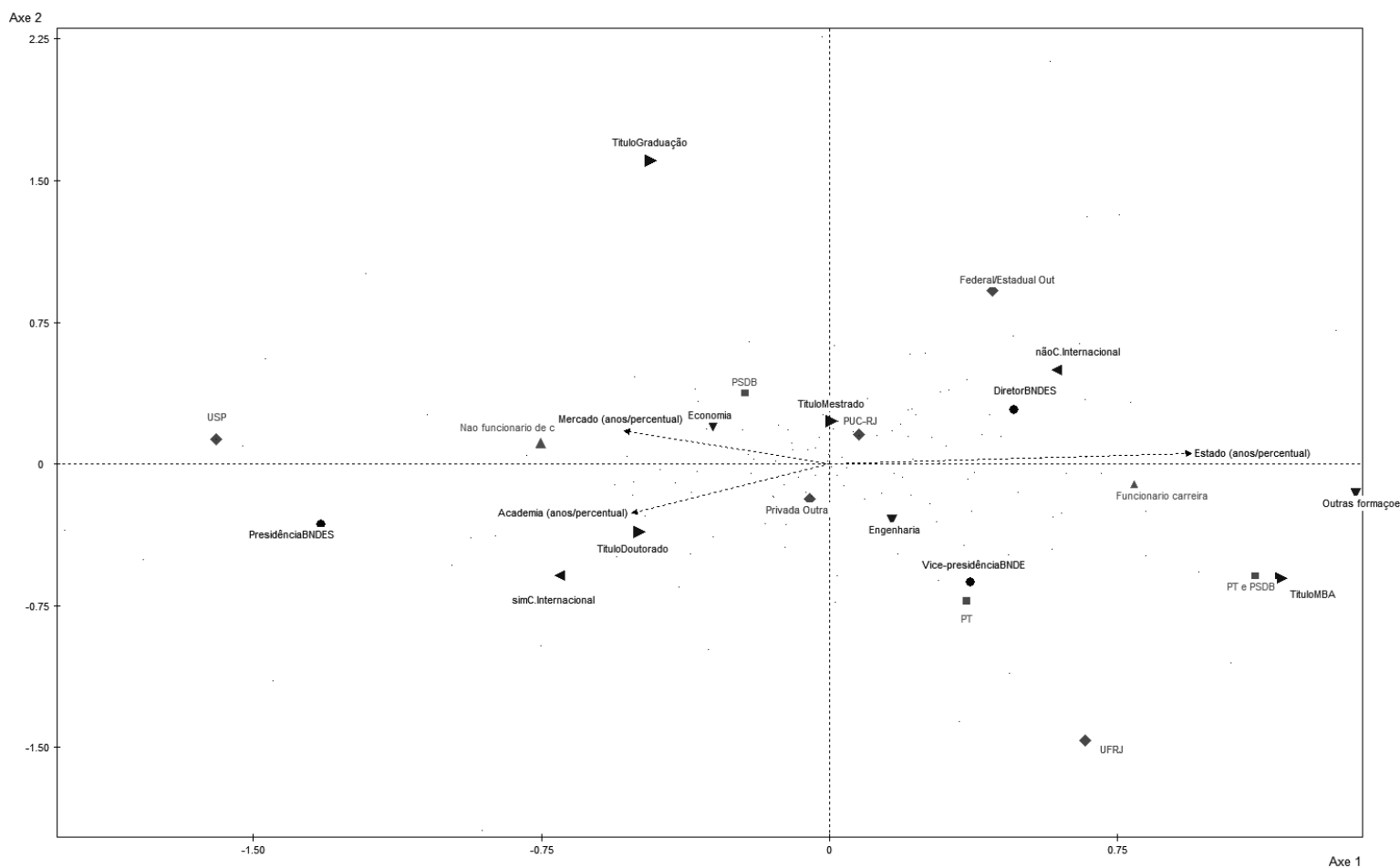
pela prévia semelhança dos perfis dos altos dirigentes nas diversas esferas, de outro lado, ajuda a costurar a semelhança e a reforçar a trama de relações que unem as elites e as hierarquias (MILLS, 2012). A "multiposicionalidade" das elites é percebida por Luc Boltanski como um recurso essencial para a dominação, posto que permite que um grupo restrito ocupe numerosas posições dirigentes. Na circulação entre as posições, essa elite cria vínculos de solidariedade e familiaridade que ajudam a manter sua coesão face às tendências disjuntivas decorrentes das lutas entre frações com objetivos, interesses materiais e simbólicos distintos (BOLTANSKI, 1973, pp. 24-25).

Estado (anos/percentual)	Mercado (anos/percentual)	Academia (anos/percentual)
43%	25%	32%

Tabela I: Percentual da carreira dos diretores percorrido nos setor público, privado e na academia

Fonte: Elaboração própria

Três elementos das trajetórias profissionais foram apontados como fontes de clivagens no interior do grupo existente: o grau de titulação, o tipo de circulação institucional e a trajetória percorrida no interior do Banco ou fora dele. A estas oposições reúnem-se a separação entre aqueles que tiveram e os que não tiveram uma vivência internacional, entre a engenharia e a economia, e finalmente entre as escolas nas quais estudaram. O uso da ferramenta de análise de correspondências múltiplas permite ver como se dispõe espacialmente estes fracionamentos.



Quadro I: Análise de correspondências múltiplas: trajetórias acadêmicas e trajetórias profissionais

Fonte: Elaboração própria

No **eixo 1** encontram-se do mesmo lado a carreira de Estado e as modalidades: funcionário de carreira, diretor do banco, não circulação internacional, engenheiros, outras universidades federais e o MBA. Em oposição, aparecem, no outro lado, as carreiras acadêmicas e de mercado juntamente às modalidades: presidência do Banco, circulação internacional, diretor convidado, economistas, doutores e antigos alunos da USP. **O eixo 1 separa dois padrões de carreiras** percorridas até a entrada na

direção do BNDES: uma carreira dentro da instituição, que poucas vezes desemboca na ocupação das posições de maior prestígio; em oposição a uma carreira internacional, acadêmica ou de mercado, na qual se cultiva o capital especializado e capital social, razão pela qual são convidados a ocupar as mais altas posições na instituição⁹. O **eixo 2**, por sua vez, **relaciona os padrões diferentes de carreira aos partidos políticos**. Nos quadrantes superiores estão as trajetórias predominantemente percorridas no mercado, correlacionadas a título de graduação, frequência a universidades federais ou estaduais (menos UFRJ e USP) ou à PUC-Rio e não circulação internacional, e os economistas ligados à gestão PSDB. Em oposição, ligados ao PT, estão as carreiras predominantemente acadêmicas ou de Estado, a circulação internacional, os engenheiros com MBA em economia¹⁰, os doutores e a UFRJ.

A literatura produzida sobre o campo dos economistas no Brasil indica que essas escolas ocupam posições opostas no campo das instituições de formação de especialistas em economia e que os projetos de nação nelas gestados em muito diferem, o projeto da PUC-Rio, priorizando a estabilidade macroeconômica e a reforma e redução do Estado, e o da UFRJ e da Unicamp, vinculado à tradição cepalina, que buscava promover o desenvolvimento via industrialização planejada e capitaneada pelo Estado – como notado anteriormente, o grupo mais voltado para o desenvolvimentismo no interior do próprio governo FHC provinha da Unicamp. Já a USP é uma escola que ocupa uma posição intermediária no campo coexistindo no interior de seu departamento de economia economistas de orientações teóricas e ideológicas distintas (LOUREIRO, 1997).

A gestão PSDB associava a ação do BNDES àquela concebida para dar continuidade ao plano de estabilização, desenhado e executado por especialistas que em sua maioria eram vinculados à PUC-Rio, sendo o Banco o responsável pelo Plano Nacional de Desestatização e tendo adoto uma postura favorável à orientação dos financiamentos essencialmente para o setor privado. Essa gestão foi aquela que mais recrutou pessoas cuja trajetória foi percorrida fundamentalmente no mercado e diretores cuja carreira não estava associada ao Banco, ou seja, menos comprometidos com as tradições da instituição, com o envolvimento que ela sempre teve com o setor público, com o planejamento econômico via Estado e com atuação direta do Estado nas áreas de infraestrutura e a indústria. O PT, ao contrário, procurou recrutar justamente os funcionários de carreira e os especialistas de orientação cepalina, por sua identificação com a tradição de planejamento econômico e de atuação do Estado favoráveis e capazes de conduzir iniciativas de planejamento, como o Plano de Aceleração do Crescimento.

4. Conclusão

Se, uma análise primeira desta estrutura evidencia a existência dois perfis de trajetórias acadêmico-profissionais e permite observar, genericamente, como cada governo recrutou de maneira diferenciada seus profissionais; ela não torna possível observar as diferenças existentes dentro de uma mesma gestão, como aquelas que aparecem quando analisados os discursos dos diretores/presidentes nos relatórios de atividades do Banco. A sobreposição, no quadro da análise de correspondências de uma nuvem de indivíduos é uma boa ferramenta para captar em detalhes as mudanças de perfil e orientação. O fato de que haja mais coerência no que concerne ao perfil social dos dirigentes que não é

⁹ Não é possível que se faça hoje uma sociologia das elites sem atentar para o papel que o capital cosmopolita desempenha na legitimação da ordem social. No caso estudado, o capital cosmopolita (que foi medido pelas circulações internacionais de trabalho e de estudos de longa duração, e pelo domínio linguístico) é um elemento que cliva os entrevistados. Os presidentes do Banco, por exemplo, quase todos fizeram longas circulações internacionais. Em contrapartida, sequer metade dos diretores teve esse tipo de experiência. O domínio linguístico, por sua vez, varia no mesmo sentido da circulação, seja porque ele abre caminhos para a circulação seja porque as habilidades linguísticas são reforçadas no exterior. Como o quadro deixa ver, 94% daqueles que circularam internacionalmente falam três ou mais línguas.

¹⁰ O MBA em economia adquirido pelos engenheiros funciona como uma estratégia de reconversão e legitimação de suas competências administrativas e organizacionais para atuar na economia (GRÜN, 2004, p. 292).

fortemente clivado pela vinculação partidária, é um indício de que em elites bastante coesas, a diferenciação das orientações político-econômicas deve-se, sobretudo, à socialização secundária, nas instituições de ensino superior e no tipo de trajetória profissional percorrida.

Referências bibliográficas

- BNDES. Relatório de Atividades 1994. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/RelAnual/relatorio_anual1994.pdf
- BNDES. Relatório de Atividades 1995. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/RelAnual/relatorio_anual1995.pdf
- BNDES. Relatório de Atividades 1996. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/RelAnual/relatorio_anual1996.pdf
- BNDES. Relatório de Atividades 1997. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/empresa/RelAnual/relatorio_anual1997.pdf
- BNDES. Relatório Anual BNDES 1998. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Relacao_Com_Investidores/Relatorio_Anuar/RelAnual1998.html
- BNDES. Relatório Anual 1999. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Relacao_Com_Investidores/Relatorio_Anuar/RelAnual1999.html
- BNDES. Relatório Anual 2000. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Relacao_Com_Investidores/Relatorio_Anuar/RelAnual2000.html
- BNDES. Relatório Anual 2001. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Relacao_Com_Investidores/Relatorio_Anuar/RelAnual2001.html
- BNDES. Relatório Anual 2002. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Relacao_Com_Investidores/Relatorio_Anuar/RelAnual2002.html
- BNDES. Relatório Anual 2003. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Relacao_Com_Investidores/Relatorio_Anuar/RelAnual2003.html
- BNDES. Relatório Anual 2004. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Relacao_Com_Investidores/Relatorio_Anuar/RelAnual2004.html
- BNDES. Relatório Anual BNDES 2005. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Relacao_Com_Investidores/Relatorio_Anuar/RelAnual2005.html
- BNDES. Relatório Anual BNDES 2006. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Relacao_Com_Investidores/Relatorio_Anuar/RelAnual2006.html
- BNDES. Relatório Anual 2007. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Relacao_Com_Investidores/Relatorio_Anuar/RelAnual2007.html

- BNDES. Relatório Anual 2008. Disponível em:
http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Relacao_Com_Investidores/Relatorio_Anual/RelAnual2008.html
- BNDES. Relatório Anual 2009. Disponível em:
http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Relacao_Com_Investidores/Relatorio_Anual/RelAnual2009.html
- BNDES. Relatório Anual 2010. Disponível em:
http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Relacao_Com_Investidores/Relatorio_Anual/RelAnual2010.html
- BNDES. Relatório Anual 2011. Disponível em:
http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Relacao_Com_Investidores/Relatorio_Anual/RelAnual2011.html
- BOLTANKI, L (1973). L'espace positionnel: multiplicité des positions institutionnelles et habitus de classe. *Revue Française de Sociologie*, 14(1), 3-26.
- BOURDIEU, P (1989). *La Noblesse D'État: grandes écoles et esprit de corps*. Paris: Les Éditions de Minuit.
- BOURDIEU, P (2008). *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Zouk/Edusp.
- CENTRO CELSO FURTADO (2009). *Memórias do Desenvolvimento*, 3(3). Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2009.
- D'ARAÚJO, Maria Celina (Eds) (1999). *Fundação Getúlio Vargas: concretização de um ideal*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.
- GRÜN, R (2004). O MBA como um brevê de internacionalização e modernidade profissional entre engenheiros. ALMEIDA, A.M. (Eds). *Circulação Internacional e Formação Intelectual das Elites Brasileiras*. Campinas: Editora Unicamp.
- LEBARON, F. (2000). *La Croyance Économique: les économistes entre science et politique*. Paris: Éditions du Seuil.
- LOUREIRO, M. R. (1997). *Os Economistas no Governo: gestão econômica e democracia*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.
- SAINT-MARTIN, M. (2008). Da reprodução às recomposições das elites: as elites administrativas, econômicas e políticas na França. Tomo, *Revista do Núcleo de Pós- graduação e Pesquisa em Ciências Sociais/Universidade Federal de Sergipe*, 13, 43-73.
- SALLUM, B. (1999). O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. *Tempo Social Revista de Sociologia da USP*, 11(2), 23-47.
- WEBER, M. (2004a). *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva v.1*. Brasília: Editora UNB.
- WEBER, M. (2004b). *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva v.2*. Brasília: Editora UNB.

Anexo

Contribuição das modalidades ativas para a construção do Quadro I

Label	Eixo 1	Eixo 2
-------	--------	--------

Maior função desempenhada no BNDES

Diretor BNDES	5,30	2,90
Presidência BNDES	17,29	1,56
TOTAL	22,58	4,46

Governo no qual foi diretor

PSDB	1,21	5,43
PT	1,54	9,84
TOTAL	2,75	15,28

Carreira no BNDES sim/não

Funcionário carreira	11,76	0,39
Não funcionário de c	11,10	0,37
TOTAL	22,86	0,76

Maior grau de titulação

Título Doutorado	3,48	2,82
Título Graduação	0,95	17,32
Título MBA	10,58	4,37
Título Mestrado	0,00	0,96
TOTAL	15,01	25,47

Área primeira graduação

Economia	2,02	1,36
Engenharia	0,35	1,77
TOTAL	2,37	3,12

Circulação internacional

Não Circulação Internacional	7,28	7,92
Sim Circulação Internacional	8,64	9,41
TOTAL	15,92	17,33

Universidade graduação

Federal/Estadual Out	1,58	11,33
PUC-RJ	0,07	0,45
UFRJ	2,91	21,66
USP	13,95	0,15
TOTAL	18,51	33,58

O quadro I foi construído a partir de 18 modalidades ativas. Utilizando a fórmula 1 dividido pelo número de modalidades ativas multiplicado por 100, conclui-se que são contributivas neste quadro as modalidades que tiverem um valor aproximadamente igual ou superior à 5,5, as quais aparecem em destaque no quadro.